

Algumas considerações sobre a crise argentina

*Teresinha da Silva Bello**

A atual crise econômica enfrentada pela Argentina já era prevista há algum tempo, embora oficialmente essa fase tenha se desencadeado a partir de 3 de dezembro de 2001, quando entraram em vigor as restrições impostas aos bancos para envio de dinheiro para fora do País, dificultando os pagamentos externos, inclusive das importações, e ficando insustentável ao final do ano, com a declaração de *default* da dívida feita pela Argentina. O objetivo deste texto é levantar algumas questões sobre essa crise.

Primeiramente, serão feitas algumas considerações sobre as causas que levaram ao desencadeamento da crise na Argentina. A seguir, serão examinados alguns dos efeitos dessa derrocada sobre sua economia. Uma terceira parte contemplará o papel que vem sendo desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no tratamento das dificuldades enfrentadas pela segunda maior economia do Mercosul.

1 - Sobre as origens da crise

1.1 - Antecedentes

Depois de ocupar o posto de país mais desenvolvido da América Latina, a Argentina vivenciou, na última década do século passado, um processo degenerativo em sua economia, que levou o País à quebra financeira e ao sucateamento de sua estrutura produtiva, iniciando o século XXI de modo bem diverso do apresentado nos primórdios do século XX. O longo processo recessivo de sua economia, com deflação de preços, problemas fiscais profundos e restrição monetária crescente, começou a tomar vulto em 1998 e acabou por levar o País a um colapso em seus sistemas monetário e financeiro. A desvalorização

* Economista da FEE.

A autora agradece aos colegas Álvaro Garcia e Enéas de Souza pelas sugestões apresentadas a este trabalho, eximindo-os, porém, de eventuais erros remanescentes, e ao estagiário Denilson Alencastro pela elaboração das tabelas.

cambial levada a termo nos primeiros meses de 2002 formalizou o fim da conversibilidade, em meio a uma crise que colocou em questão aspectos básicos da organização econômica do País.

Em 1810, quando se libertou do jugo espanhol, a Argentina representava 2% a 3% da economia latino-americana. Em 1910, ao comemorar o primeiro centenário de sua independência, sua economia já respondia por 50% do Produto Interno Bruto (PIB) da região (Fraga, 2002). Por essa época, o aporte de capital externo (financiando a construção de ferrovias e de portos), bem como outros investimentos em infra-estrutura, aliado aos elevados preços internacionais das *commodities*, foi fundamental para que a Argentina galgasse a posição alcançada. Inclusive, no início do século XX, estimava-se que, em 1950, o PIB argentino alcançaria o dos Estados Unidos.

Mas os fatos não confirmaram os prognósticos. A deterioração das cotações das *commodities* agrícolas na segunda metade do século XX, somada à elevação de preço dos produtos manufaturados, levou à queima de reservas pela Argentina, que se manteve durante todo o tempo como uma economia agrário-exportadora.

Diferentemente do Brasil, aquele país não passou por um processo de industrialização pesada, que permitisse a substituição de suas importações. Sua estratégia sempre foi a de se manter como exportador agrícola e como importador de produtos de maior valor agregado. E, a partir da segunda gestão de Perón, o País começou a definhar economicamente, com a situação agravando-se nos seis anos de ditadura militar que sucederam aos Governos Perón/Isabelita.

Em 1983, quando acabou a ditadura militar na Argentina, sua base econômica era quase a mesma do século XIX. Também pouco se fez após a redemocratização do País. Alfonsín tentou controlar a inflação com o Plano Austral — precursor do Plano Cruzado imposto no Brasil em 1986 —, mas também não foi bem-sucedido, e, em 1989, o País viu-se às voltas com a hiperinflação. Paralelamente, sua indústria permaneceu defasada, com baixa produtividade e pouca diversificação.

Com o Plano de Conversibilidade, o País apresentou algum crescimento até 1998 (Tabela 1), mas também não houve um processo de industrialização no qual a indústria aumentasse sensivelmente sua participação no PIB do País, como pode ser visto no comportamento do PIB por setores, na Tabela 1 do Anexo.

Além disso, a desigualdade social continuou a crescer, e, a partir de 1998, o País começou a encolher aceleradamente, conforme também pode ser observado no Gráfico 1, sobre o uso da capacidade instalada no País.

Tabela 1

Varição percentual do PIB argentino em relação
ao ano anterior — 1993-02

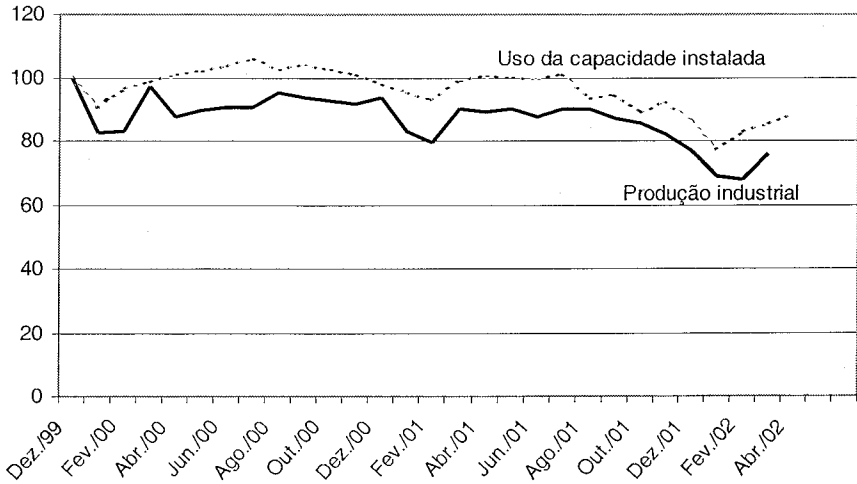
ANOS	VARIAÇÃO %
1993	6,0
1994	5,8
1995	-2,8
1996	5,5
1997	8,1
1998	3,9
1999	-3,4
2000	-0,8
2001	-4,5
2002 (1)	-15,0

FONTE: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC).

(1) Estimativa do FMI.

Gráfico 1

Índices da produção industrial sazonalmente ajustada e do uso da
capacidade instalada na Argentina — dez.99-abr./02



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central de la República Argentina (BCRA).

NOTA: Base dez./99 = 100.

Em 2002, após uma desvalorização cambial violenta, quase às vésperas de completar seu segundo centenário como país independente, a Argentina passou a representar algo em torno de 10% do PIB em dólares da América Latina. E, caso essa tendência declinante de sua renda se mantenha, o País deverá completar seus 200 anos, em 2010, com uma participação em torno de 5% no PIB latino-americano (Fraga, 2002).

1.2 - A crise atual

A crise argentina não se deu a partir dos últimos meses. Há pelo menos uma década, a condução da economia do país vizinho vinha levantando críticas por parte de muitos economistas. Embora a política econômica da Argentina fosse avalizada, incentivada e fiscalizada pelo Fundo Monetário Internacional, gerou-se muita discussão sobre sua eficácia, e a polêmica sobre seus tropeços não é de hoje.

Voltando no tempo um pouco mais de uma década, podem-se determinar algumas das causas que levaram a Argentina a optar pela fixação do câmbio e por abrir mão de uma política monetária ativa, impedindo o Banco Central de atuar sobre as variáveis econômicas.

Em 1989, a inflação argentina situou-se em pouco mais de 4.900%. Levando-se em conta que o País não dispunha do mecanismo da correção monetária, como ocorria com o Brasil, a corrida para o dólar como forma de escapar da corrosão da moeda era muito grande. Ou seja, a Argentina já operava com dólares bem antes da implantação do Plano de Conversibilidade, pelo qual, em 1991, foi implantada a livre conversibilidade peso-dólar.

Em um sistema de conversibilidade como o estabelecido na Argentina, a existência de uma âncora bem definida contribuiu para um aumento do endividamento e dos empréstimos em dólar por parte da população, subestimando-se os riscos que daí poderiam advir — como alteração no valor real dos pagamentos frente a uma mudança na taxa de câmbio — e focou-se apenas no “risco inflacionário”. Ou seja, o maior temor não estava na desvalorização do câmbio, mas na retomada da inflação. E a dolarização dos ativos era uma garantia contra esse risco.

Paralelamente, a partir de 1991, o sistema financeiro internacional retomou o fluxo de recursos externos aos países emergentes. Tal fato deveu-se, em parte, à recessão que afetava a economia mundial, retirando alternativas de aplicação nos países desenvolvidos e aumentando a liquidez internacional. Esse aumento de liquidez induziu muitos aplicadores estrangeiros a buscarem oportunidades de aplicação em mercados que oferecessem melhor remuneração, embora a riscos maiores. Desse modo, países como Brasil e Argentina, que,

durante os anos 80, vivenciaram enorme penúria cambial, na década de 90, viram os fluxos de dólares serem retomados. Assim, na década passada, enquanto o grande fluxo de recursos externos para a Argentina se manteve, o sistema de livre conversibilidade entre o peso e o dólar teve sustentação. A abundância de dólares permitia que os pesos se multiplicassem, mantendo-se uma razoável oferta de moeda no País, apesar do recuo nos superávits comerciais da Argentina.

Em 1990, em meio à severa crise econômica, o superávit comercial da Argentina foi de, aproximadamente, US\$ 8,6 bilhões. No ano seguinte, no qual foi posto em marcha o Plano de Conversibilidade, as importações mais do que dobraram, e o superávit comercial caiu para algo em torno de US\$ 4,5 bilhões. Os três anos seguintes foram de déficits comerciais, enquanto a economia crescia. Os saldos de comércio não somente se evaporaram, mas deixaram de ser importantes, porque os fluxos de recursos externos continuavam. Em 1995 e 1996, novamente a economia argentina voltou a ter saldos comerciais positivos, mas bem menores que os valores registrados entre 1990 e 1991. Em 1995, o saldo foi de US\$ 2,4 bilhões, enquanto o PIB do País registrou queda de 2,8%. Já em 1996, o saldo comercial foi de apenas US\$ 1,8 bilhão, e o PIB elevou-se em 5,5%.

Tabela 2

Balança comercial argentina — 1989-01

(US\$ milhões)

ANOS	EXPORTAÇÕES (FOB)	IMPORTAÇÕES (FOB)	SALDO
1989	9 656,0	3 970,7	5 685,3
1990	12 488,2	3 844,6	8 643,6
1991	12 145,9	7 682,4	4 463,5
1992	12 398,9	13 794,8	-1 395,9
1993	13 268,9	15 632,5	-2 363,6
1994	16 023,3	20 162,2	-4 138,9
1995	21 161,7	18 804,3	2 357,4
1996	24 042,7	22 283,2	1 759,5
1997	26 430,4	28 553,5	-2 123,1
1998	26 434,0	29 531,0	-3 097,0
1999	23 309,0	24 103,2	-794,2
2000	26 409,4	23 851,5	2 557,9
2001	26 655,2	19 148,1	7 507,1

FONTE: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC).

A partir de 1997, porém, voltaram os déficits comerciais, que só foram eliminados em 2000, quando a crise econômica já se delineava claramente.

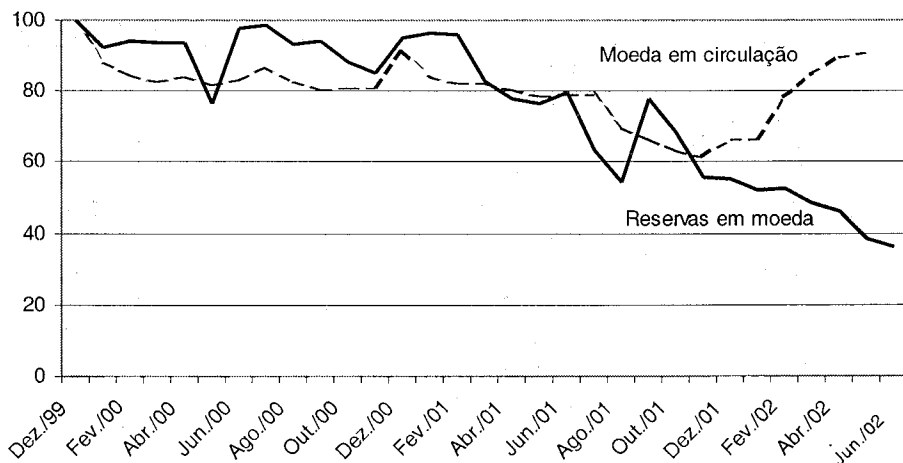
A série histórica de evolução do PIB argentino e do saldo da balança comercial mostra que, de modo geral, sempre que sua economia crescia, a Argentina passava a gerar déficits comerciais.

Desse modo, o superávit comercial de US\$ 12 bilhões esperado para 2002 dificilmente poderá ser festejado pelos argentinos, até porque, de acordo com o FMI, a queda na economia do país vizinho em 2002 deverá ser da ordem de 15%, indicando claramente um processo depressivo (Souza, 2002).

Depois de alcançar a cifra de US\$ 25,437 bilhões em janeiro de 2001, durante todo esse ano as reservas internacionais da Argentina entraram em queda, sendo acompanhadas de perto pelo volume de moeda (pesos) em circulação na economia (Gráfico 2).

Gráfico 2

Índice das reservas em moeda estrangeira e da moeda nacional em circulação na Argentina — dez./99-jun./02



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central de la República Argentina (BCRA).

NOTA: Base dez./99 = 100.

Paralelamente, o medo da flutuação cambial generalizava-se, devido ao alto grau de dolarização da economia do País. O agravamento da restrição monetária afetou seriamente o funcionamento da economia, engessando-a. Não foi apenas um choque monetário o que ocorreu na Argentina. A diminuição da oferta de moeda em 2001 levou a um choque real, e, a partir do segundo semestre desse ano, caiu a atividade produtiva, conforme pode ser constatado no Gráfico 1. E o saldo comercial elevou-se para US\$ 7,507 bilhões (Tabela 2).

A evasão de dólares tomou vulto, especialmente no setor privado não financeiro, que apresentou uma remessa líquida de capitais no valor de US\$ 12,247 bilhões. O setor público não financeiro registrou uma saída líquida de US\$ 3,437 bilhões, depois de se apresentar como o grande captador de recursos externos por quase toda a década de 90. Apenas o setor bancário conseguiu levantar recursos, com uma entrada líquida de capitais no valor de US\$ 11,500 bilhões. Entretanto é importante destacar que dentro desse valor estão incluídos US\$ 10,743 bilhões captados pelo Banco Central da Argentina para recomposição das reservas, e apenas US\$ 757 milhões corresponderam à captação líquida das outras instituições financeiras internacionais (Tabela 2 do Anexo).

A crise chegou ao ponto de levar o governo argentino a optar pelo *corralito* (restrição de saques e movimentação bancária), que travou todo o sistema financeiro do País, e, posteriormente, pela desvalorização cambial, cujos efeitos foram danosos para grande parcela da população endividada em dólares. A partir do rompimento da âncora cambial, em janeiro de 2002, o descolamento entre o nível das reservas e a quantidade de moeda em circulação ficou evidente (Gráfico 2).

É interessante destacar que a Argentina está passando, ao mesmo tempo, por crises que o Brasil enfrentou em três épocas diferentes: a recessão brasileira do início dos anos 80, o confisco da poupança durante o Governo Collor e a desvalorização da moeda no início de 1999, o que dá bem uma idéia do tamanho da crise argentina.

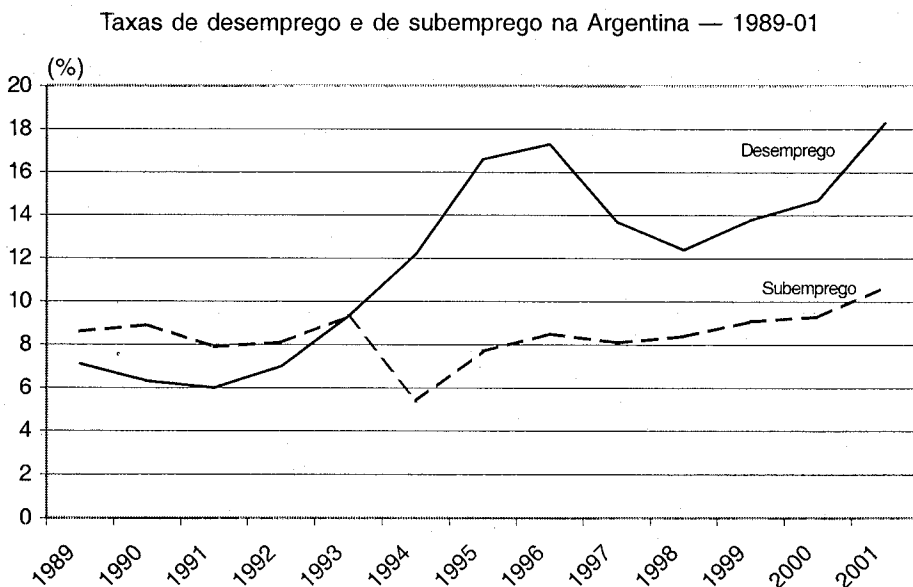
Alguns erros cometidos pela equipe econômica da Argentina podem ser apontados como alimentadores da crise na qual está mergulhado o país vizinho.

O primeiro deles é a manutenção, por mais de uma década, do câmbio fixo, o que aniquilou a capacidade do País de exportar e, conseqüentemente, de produzir divisas com seus próprios recursos. Todo esse tempo em que o peso argentino esteve amarrado ao dólar provocou uma distorção nos preços relativos. O peso sobrevalorizado barateava os produtos importados e elevava o preço em dólar dos exportados. Assim, a Argentina exportava pouco e importava bastante. Paralelamente, a Lei de Conversibilidade estabelecia que a quantidade de pesos em circulação só poderia crescer se ingressassem mais dólares no País, ou seja, diante de uma evasão de dólares, restringia-se a oferta monetária. Essa retração na oferta de moeda tem o mesmo efeito de um entesouramento, sendo,

portanto, capaz de levar a uma crise do lado real da economia, conforme demonstrado por Keynes em seus estudos sobre a moeda. Afora isso, taxas de câmbio fixas são mais indicadas que taxas flexíveis, quando a principal fonte de choques é a demanda por moeda (Fanelli; Heymann, 2002). Isto porque, sem a fixação do câmbio, o preço da moeda estrangeira poderia atingir níveis estratosféricos. Por outro lado, taxas flexíveis, são mais apropriadas quando os choques são predominantemente de um tipo real, isto é, contração da atividade econômica (*id.,ib.*). Nesse caso, a desvalorização cambial poderia favorecer a entrada de moeda estrangeira, ao mesmo tempo em que dificultaria a saída de divisas, especialmente no que se refere à balança comercial.

O segundo erro foi o descaso com as questões sociais, priorizando-se a aplicação de políticas de estabilização de preços que produziam recessão e desemprego. O Gráfico 3 permite visualizar o crescimento das taxas de desemprego e subemprego durante o período de vigência do Plano de Conversibilidade.

Gráfico 3



FONTE: Instituto Nacional de Estadística y Censur (INDEC).

O terceiro erro foi a desnacionalização dos bancos, que passaram, em sua maioria, para as mãos do capital estrangeiro, praticamente inviabilizando o financiamento às pequenas e às médias empresas nacionais. Diante das dificuldades econômicas e da falta de liquidez da economia argentina, os bancos tornaram-se especialmente seletivos na concessão de crédito às pequenas e às médias empresas do País (Steinbruch, 2002).

E o quarto erro foi a manutenção de uma política de juros altos com vistas a controlar os preços e atrair capital externo, mas que aumentou a dívida pública, conforme pode ser visto na Tabela 3. Os juros internos — não só em pesos, mas também em dólares — eram bem maiores do que os pagos nos Estados Unidos, por conta do Risco-País (Tabela 3 do Anexo), embora ambos os países (Argentina e Estados Unidos) operassem suas economias em dólares.

Para agravar ainda mais a situação da economia argentina, há que se ressaltar a pouca importância estratégica do País no contexto mundial, além da capacidade relativamente limitada de exportar sua crise para os países vizinhos.

“(...) é um país muito caro de financiar pela baixa relevância estratégica que tem. O total do *default* russo era um terço do argentino. Mas o país é a segunda potência nuclear mundial e nação-chave para EUA, Europa e Ásia. A dívida externa do Paquistão é um quinto da Argentina, mas o país tem armas nucleares, um conflito com a Índia e papel decisivo por sua fronteira com o Afeganistão. A dívida externa turca é um terço da argentina, mas é um país-chave da Otan.

“No caso da América Latina, a crise na Argentina não produziu até agora um efeito de propagação em cascata.” (Fraga, 2002, p. A-10).

Tabela 3

Dívida total do setor público da Argentina — 1996-01

(milhões de pesos)	
ANOS	VALOR
1996	97 105
1997	101 101
1998	112 357
1999	121 877
2000	128 018
2001	144 453

FONTE: Ministerio de Economía. Secretaría de Hacienda.

Outro aspecto é o que diferencia a crise argentina daquelas enfrentadas pelo México (dezembro de 1994) e pelo Brasil (janeiro de 1999). Nestas últimas, a desvalorização cambial teve uma conotação preventiva, ou seja, foi produzida para evitar o colapso financeiro e o *default*, enquanto, no país vizinho, a desvalorização do peso foi consequência dessas situações. Assim, a situação argentina assemelha-se mais à da Indonésia (1997), que só desvalorizou a moeda depois do caos instalado, do que à do México e à do Brasil, embora muitos analistas tentem comparar a situação argentina com a mexicana e a brasileira, talvez por serem todos países latino-americanos e apresentarem certa identidade cultural. Vale destacar, ainda, que todas as grandes crises nos países emergentes, nos últimos anos, estavam associadas ao colapso de sistemas de taxa de câmbio formalmente fixadas ou quase fixadas.

A grande diferença, porém, entre as crises da Argentina, do Brasil e do México é que a Argentina, depois de ser apontada pela comunidade financeira internacional como exemplo a ser imitado por outros países emergentes, foi a primeira vítima do fim da era dos grandes pacotes financeiros. O País virou cobaia para o novo tratamento dado pela comunidade financeira internacional aos países periféricos não estratégicos com problemas de financiamento. O lema atual do sistema financeiro internacional, coordenado pelo FMI, parece ser: "Deixa quebrar para ver o que acontece". Tudo isso, depois de o País ter seguido à risca os ditames do Consenso de Washington.

Além disso, se a Argentina é responsável pela situação em que se encontra — e na verdade o é —, seus credores também têm boa parcela de responsabilidade, pois tanto eles quanto as agências internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e outras, apoiaram e incentivaram o *currency board*, ignorando que, a longo prazo, tal política criaria sérias dificuldades para o País. Se é fácil entrar nesse tipo de regime, é muito difícil sair dele sem traumas para a economia que o adota. Um deles é não conseguir pagar os compromissos, pois o câmbio fixo tende a induzir a um aumento nos gastos externos. E a percepção de uma instabilidade monetária no País por parte dos aplicadores leva estes últimos a reduzirem fortemente o volume das transações financeiras e do tempo de duração dos contratos. Os mercados financeiros encolhem-se à medida que os agentes se recusam a arcar com altos riscos de inadimplência futura.

Se os mercados de crédito externo se reduzem, diz a teoria econômica que uma das alternativas à restrição de recursos externos pode ser um aumento na taxa de câmbio, com vistas a gerar superávits comerciais com o objetivo de enfrentar a restrição externa. Desvalorizações cambiais, nesse caso, podem ser vistas como o comportamento de uma firma que decide liquidar estoques a preços abaixo do custo para honrar compromissos bancários, preservando com isso sua reputação. Porém, em alguns casos, essa estratégia de preservar a reputação externa pode chocar-se com políticas monetárias nas quais estejam

em jogo sua credibilidade para conseguir manter baixas as taxas de inflação e que tinham um setor financeiro altamente dolarizado. Tal foi o caso da Argentina, onde o problema só aflorou quando se iniciou a retração nos fluxos de capital para o País.

Outro trauma econômico causado pelo *currency board* foi o estrangulamento da economia, em grande parte devido à contração monetária. E uma economia em recessão, normalmente, leva ao déficit público, já que as receitas tributárias se reduzem ao mesmo tempo em que aumentam as pressões para maiores despesas, especialmente aquelas ligadas à rede de seguridade social e ao financiamento do déficit.

No caso da Argentina, o déficit público nominal elevou-se fortemente, apesar de todo o processo de privatização levado a termo no País, durante a vigência do Plano de Conversibilidade. Em 2001, alcançou a cifra de 8,719 bilhões de pesos (Tabela 4 do Anexo). Mais do que a queda nas receitas, foi o aumento nas despesas o responsável pelo desequilíbrio nas contas públicas nominais, fruto do aumento nos gastos com juros. Por outro lado, o resultado primário (que exclui o pagamento de juros) mostrou-se positivo ao longo da década de 90, exceto em 1996, o que reforça a idéia de contração econômica.

Observando-se a Tabela 4, referente ao gasto público nacional e das províncias, é possível notar que, desde 1999, as despesas de funcionamento do Estado e de gasto público social vêm declinando, tanto em nível nacional quanto provincial, enquanto as de gasto público em serviços econômicos já vêm se reduzindo desde 1998. Apenas as despesas de serviços da dívida pública elevaram-se incessantemente.

Outro problema decorrente da fixação do valor do peso ao dólar foi que a valorização da moeda norte-americana emperrou o comércio externo da Argentina, especialmente com a Europa e com o Brasil; neste último caso, principalmente após a desvalorização cambial brasileira de 1999, com a redução dos superávits comerciais argentinos. Um dólar supervalorizado significava um peso supervalorizado, induzindo ao déficit comercial. Além do euro e do real desvalorizados frente ao dólar, os argentinos ainda tinham de conviver com a deterioração nos preços das *commodities* que o seu país exporta e com os mercados relativamente fechados na Europa e nos Estados Unidos para os produtos agrícolas. Após a criação do Mercosul, aumentou sensivelmente o volume do comércio Brasil-Argentina. Em conseqüência, o câmbio bilateral real entre os dois países tornou-se uma variável crescentemente importante para a Argentina.

Tabela 4

Gasto público, por finalidade, dos Governos Nacional e Provinciais da Argentina e da Região Metropolitana de Buenos Aires — 1991-01

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Governo Nacional						
Gasto total	39 080	41 195	41 082	44 124	43 515	42 571
I - Funcionamento do Estado ..	5 449	6 226	6 366	7 244	6 828	6 527
II - Gasto público social	24 318	24 855	25 668	29 477	28 804	29 200
III - Gasto público em serviços econômicos	5 417	4 630	4 938	3 347	2 955	2 085
IV - Serviços da dívida pública	3 896	5 484	4 110	4 056	4 927	4 759
Governos Provinciais e da Região Metropolitana de Buenos Aires						
Gasto total	21 781	27 028	31 347	33 190	32 191	31 183
I - Funcionamento do Estado ..	5 010	5 934	6 555	6 948	6 656	6 683
II - Gasto público social	14 554	18 524	21 301	22 408	21 255	19 959
III - Gasto público em serviços econômicos	1 906	2 172	2 991	3 241	3 572	3 573
IV - Serviços da dívida pública	311	398	500	592	708	968

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
Governo Nacional					
Gasto total	45 071	46 249	49 906	48 858	(1)49 017
I - Funcionamento do Estado ...	6 517	6 729	7 907	6 824	(1) 6 187
II - Gasto público social	29 955	30 662	31 499	30 468	(1)29 608
III - Gasto público em serviços econômicos	2 163	2 270	1 931	1 594	(1) 1 450
IV - Serviços da dívida pública	6 436	6 588	8 569	9 972	(1)11 773
Governos Provinciais e da Região Metropolitana de Buenos Aires					
Gasto total	(1)33 240	(1)35 991	(1)38 611	(1)37 694	(2)37 827
I - Funcionamento do Estado ..	(1) 7 076	(1) 7 967	(1) 8 564	(1) 8 300	(2) 8 208
II - Gasto público social	(1)21 802	(1)23 171	(1)25 226	(1)24 810	(2)24 720
III - Gasto público em serviços econômicos	(1) 3 350	(1) 3 696	(1) 3 393	(1) 2 743	(2) 2 494
IV - Serviços da dívida pública	(1) 1 012	(1) 1 158	(1) 1 428	(1) 1 841	(2) 2 404

FONTE: Secretaría de Política Económica. Dirección de Gastos Sociales Consolidados.

NOTA: Em pesos de 2001.

(1) Provisório. (2) Estimativa.

Se os Estados Unidos conseguem conviver com o dólar valorizado e com enormes déficits comerciais, isso não significa que o mesmo devesse ocorrer com a Argentina. Do mesmo modo, se os Estados Unidos são capazes de atrair recursos externos, não quer dizer que a Argentina também o seria. E, à medida que se deteriorava a situação cambial da Argentina, mais aumentava a fuga de capitais e encolhiam os fluxos de capital externo para esse País (Tabela 2 do Anexo), apertando ainda mais o torniquete da contração monetária. Esta última, fruto da exigência legal no País, de que cada peso circulando na economia deveria ter um lastro correspondente em dólares nas reservas em divisas estrangeiras.

O enxugamento dos recursos em circulação, devido à fuga de capitais e à redução no ingresso de divisas, foi fatal para a economia argentina. Desde outubro de 1998, o país encontra-se em um processo recessivo, com as vendas e a produção industrial reduzindo-se gradualmente e a instituição do *corralito* intensificando a recessão e levando a economia da Argentina ao estágio de depressão econômica. No primeiro trimestre de 2002, o PIB argentino caiu 16,3% em relação ao primeiro trimestre de 2001. A produção industrial também despençou, e os salários reais tiveram uma queda anualizada de 9,7%. Sem mercado, as empresas deixaram de pagar as contas em dia e muitas reduziram os salários. Por outro lado, até maio de 2002, os preços registravam um crescimento anual de 23%, enquanto os preços no atacado elevaram-se em 72,3%. O índice do mercado de ações, em junho de 2002, apresentava uma queda anual, em valores reais, da ordem de 29,8%. As exportações e as importações, até maio, já haviam recuado 8,7% e 59%, respectivamente, em relação a igual período do ano anterior (Economic..., 2002).

2 - Alguns efeitos da crise

Depois de ostentar por décadas a fio a condição de país com melhor renda *per capita* da América Latina (Tabela 5 do Anexo), a Argentina, nos últimos tempos, viu sua renda em dólares ser pulverizada pela desvalorização do peso. Em quatro meses, desde janeiro de 2002, o peso desvalorizou-se em torno de 65%, reduzindo em dois terços a renda *per capita* em dólares dos argentinos. A desvalorização do início de 2002, de algum modo, encerrou um ciclo, com a renda *per capita* voltando aos níveis do início dos anos 80 (Fanelli; Heymann, 2002). Essa queda de renda foi tão grande que, dentro do contexto latino-americano, a Argentina ficou abaixo da média regional e dificilmente terá condições de voltar a importar como antes.

No período hiperinflacionário, entre 1989 e 1990, a renda da Argentina também se depreciou fortemente em relação ao dólar, mas essa perda foi

corrigida com a conversibilidade de um peso por um dólar, a partir de 1991. Além disso, à época, o desemprego era bem menor do que atualmente, o que tornava a situação menos dramática (Gráfico 3). Atualmente, no país vizinho, quem não está desempregado tem tido seus salários congelados ou mesmo reduzidos, fazendo a demanda interna despencar.

Queda da demanda agregada, redução da capacidade produtiva, diminuição da receita tributária, dismantelamento da estrutura produtiva de diversos setores, redução no consumo dos serviços públicos, calote na dívida são alguns dos efeitos do caos econômico em que mergulhou a Argentina. Parece inegável que o aumento da constrição financeira foi um dos principais elementos da drástica queda na demanda agregada e na produção, na longa recessão argentina ainda em andamento (Fanelli; Heymann, 2002). As perdas do País, nos últimos quatro anos de recessão — agora depressão —, levaram-no a uma deterioração social e econômica quase comparável à de um país em guerra, faltando apenas o efeito destruidor dos bombardeios.

A recessão da economia e a desvalorização do peso aceleraram a quebra de empresas na Argentina:

“Na contabilidade dos mortos e feridos da iniciativa privada, estão empresas-líderes nos setores de telecomunicações, de abastecimento de água, as duas principais de televisão por assinatura, as duas maiores do leite e outros poderosos setores de gás, metalurgia, comunicação, agropecuária e setor bancário, entre mais de duas dezenas de companhias com pesadas dívidas em atraso” (Pfeifer, 2002, p. A-1).

O estrago na economia é tão grande que já atinge os US\$ 10 bilhões, praticamente o que os argentinos vêm solicitando como socorro ao FMI. Desse valor, US\$ 8 bilhões referem-se às provisões bancárias (Bancos..., 2002). E, sem dinheiro em caixa para atender à demanda, os bancos, que já enfrentavam problemas há algum tempo, agora podem falir, caso o Governo não consiga segurar a corrida bancária.

Provavelmente, a demanda doméstica continuará caindo ao longo de 2002, como fruto do aumento do desemprego, da cessação dos investimentos, do congelamento dos depósitos bancários, dentre outros fatores que diminuiram a renda e os gastos do País.

Muitos especialistas apontam o déficit público como o problema central da economia argentina. Entretanto o controle fiscal, com redução ainda maior dos gastos do Governo, só viria piorar a crise, já que a parte importante do problema está na contração monetária, e um programa de arrocho fiscal, buscando gerar superávit nas contas públicas, agravaria ainda mais a insuficiente disponibilidade de moeda na economia. Uma maior contração na liquidez induz a uma aceleração nos efeitos que tendem a acentuar as flutuações cíclicas e a gerar

instabilidade financeira. E esses distúrbios podem ser agravados, se o fluxo de capitais cessa, como aconteceu na Argentina.

Para compensar a restrição monetária imposta pelo confisco, muitos argentinos estão vendendo, com deságio, suas aplicações de prazo fixo presas no *corralito*. Essa é uma das poucas maneiras de obter dinheiro rápido e de fugir dos riscos de receber títulos de um Estado falido, valendo entre 20% a 30% de seu valor de face; sem contar a possibilidade de falência de alguns bancos, impossibilitados de devolver aos seus clientes os valores depositados.

“Devedores de bancos estão comprando, com grandes descontos, aplicações em prazo fixo retidas nas instituições financeiras. As aplicações são usadas pelo valor integral na quitação de débitos (...) Para vender a aplicação o correntista tem de aceitar perda de 25% de seu investimento, se ele foi realizado em pesos, ou de até 70% se foi feito originalmente em dólares.” (Trevisan, 2002, p. A-1).

O *corralito* confiscou boa parte da poupança depositada nos bancos, deprimindo o consumo interno aos piores patamares. Junto com a desvalorização cambial, fez com que, neste ano, as importações despencassem. Já as vendas externas, embora ressentidas pela falta de financiamento e pelo aumento nos custos de produção, perderam muito menos, em função da desvalorização do peso. Mesmo assim, os exportadores que dependem de insumos importados vêm enfrentando dificuldades, pois foram criadas barreiras ao envio de dinheiro para o Exterior. Uma delas é um prazo mínimo de 45 dias a partir da realização do negócio para que o pagamento seja efetuado. Tal exigência tem inviabilizado muitas operações, pois são poucos os fornecedores externos que se dispõem a vender a prazo a um país em *default*.

Com o sistema financeiro engessado, sem crédito interno nem externo, os exportadores, apesar do câmbio favorável, têm poucas possibilidades de aumentarem suas vendas. Com a desvalorização da moeda, os produtos argentinos tornaram-se, hipoteticamente, dois terços mais baratos, mas esse ganho virtual ainda não pôde ser aproveitado integralmente. Além dos problemas já referidos com as vendas externas, foram criados impostos sobre as exportações, que variam de 5% (bens industriais) até 20% (*commodities*) do valor da venda, fato que se agrava pela baixa cotação de muitas *commodities* no mercado internacional. Tal é o caso do petróleo, do gás, do trigo e da soja. De acordo com o Governo, a tributação sobre as exportações visa a conter o impacto do reajuste cambial nos preços internos, principalmente nos produtos que atingem significativamente o custo de vida da população. Além disso, seria uma maneira de melhorar as contas públicas via aumento de arrecadação.

Assim, o saldo comercial de US\$ 12 bilhões, esperado pelos argentinos para este ano, caso se concretize, dever-se-á muito mais à queda nas importações, as quais vêm despencando fragorosamente. O Brasil, por exemplo, já

teve uma queda de 67,80% em suas vendas para a Argentina no primeiro quadrimestre de 2002, comparado com o período compreendido entre janeiro e abril de 2001, o que gerou um saldo pró-Argentina pouco superior a US\$ 1 bilhão até abril de 2002.

Embora a necessidade de gerar saldos comerciais seja importante, no momento, uma das questões-chave — e talvez a mais crítica com que se defronta a Argentina — é a urgência em restabelecer a credibilidade do sistema bancário. Embora os bancos tenham reaberto suas portas, ainda lhes falta não só liquidez para operar normalmente como a confiança da população, com suas economias confiscadas pelo *corralito*. Com a abrupta desvalorização do peso e o conseqüente fim da paridade, os bancos argentinos também ficaram com recursos a receber em pesos e dívidas a pagar em dólares. Enquanto havia a livre conversibilidade, um peso equivalia a um dólar, mas, a partir da desvalorização, houve um “descasamento” das posições de ativos e passivos, ou seja, os pesos a receber não mais cobriam os dólares a pagar.

O governo da Argentina está lutando para evitar o colapso em seu sistema financeiro — em grande parte constituído por bancos internacionais — para restabelecer a credibilidade perdida pelo sistema. Sem ela, não poderá ativar seu comércio exterior — peça fundamental para a recuperação de uma economia com sérios problemas de insuficiência da demanda interna — nem voltar a atrair capitais externos, por maiores que sejam as taxas de juros oferecidas. O fluxo de transferências financeiras precisa ser retomado.

Quando as condições macroeconômicas pioram, os credores reagem, mudando para ativos dolarizados com curto prazo de maturação. Esse encurtamento de prazo pode ser atrelado ao desejo de monitorar mais de perto o comportamento dos devedores e ao fato de que a incerteza aumenta o “prêmio de liquidez”, isto é, a remuneração pela renúncia à liquidez. Essa postura agrava a situação das empresas e dos países devedores e tende a se refletir nos índices das Bolsas. E a Argentina não foi exceção à regra. Tanto as taxas de juros aumentaram quanto caiu o índice Merval (indicador da Bolsa de Valores argentina), conforme pode ser visto nas Tabelas 3 e 4 do Anexo.

A Argentina precisa de créditos externos para restaurar a confiança interna e externa em sua economia e, por isso, tem recorrido tão insistentemente ao FMI e às demais agências internacionais, embora, até o momento, o esforço tenha sido em vão.

3 - A (des)assistência do FMI

Em suas declarações, o *staff* do Fundo Monetário Internacional tem afirmado sua disposição de ajudar a Argentina a sair da crise e de recuperar um crescimento sustentável. Na prática, porém, o que tem sido visto são exigências e precondições impossíveis de serem cumpridas pelo País diante da grave situação econômica em que se encontra.

O Fundo condiciona o auxílio financeiro à implantação de um programa econômico "sólido". Seus dirigentes alegam que programas anteriores acertados com a Argentina, nos quais exigiam reformas na condução da economia do País, fracassaram e que, até o momento, as autoridades econômicas argentinas não apresentaram um programa de austeridade capaz de merecer sua aprovação. Essa posição do *board* do FMI também é perfilhada pelos Estados Unidos (maior quotista do Fundo), pelo Banco Mundial e pelos demais países-membros do Grupo dos Oito (G-8)¹.

Sem dizê-lo abertamente, o FMI insinua que a Argentina é um país corrupto e que, por isso, não merece ajuda. Além do mais o descontrole fiscal é o principal argumento apresentado pelo FMI para não conceder auxílio à Argentina. Assim, insiste em recomendar um ajuste fiscal severo a uma economia que atravessa forte depressão e que, segundo projeções do próprio Fundo, deverá registrar contração de 15% em 2002. Ao firmar tal posição, ignora o fato de que, se a economia já está em declínio, a redução dos gastos do Governo só poderá piorar as coisas, já que a receita tributária e o nível de emprego também se retraem com a contração das despesas governamentais, em especial os investimentos, pelo seu efeito multiplicador.

Essa exigência de contração dos gastos públicos imposta pelo Fundo não é de hoje, pois a entidade sempre pautou sua colaboração pela exigência de austeridade fiscal. E a Argentina até que procurou seguir sua orientação, cortando os gastos federais (exceto os pagamentos de juros) entre 1999 e 2001, como pode ser visto na Tabela 4. Como resultado, acelerou-se a queda da economia.

Essa política de equilíbrio fiscal imposta à Argentina pelo Fundo foi duramente criticada por Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001 e ex-economista-chefe do Banco Mundial:

¹ Os países que fazem parte do Grupo dos Oito são: Alemanha, França, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Canadá, Japão e Rússia.

“Um exame mais de perto do seu orçamento mostra como é injusto o quadro de prodigalidade que tem sido pintado da Argentina. Os números oficiais revelam um déficit de menos de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) — e não um número absurdo. Lembrem-se que, em 1992, quando os Estados Unidos passaram por uma recessão bem mais moderada do que a atual recessão da Argentina, o déficit federal do país era de 4,9% do PIB.

“(…) não foi o desregramento, mas um declínio econômico que levou à queda das receitas tributárias. As taxas de juros nas alturas foram resultado não tanto do que a Argentina fez, mas da má administração da crise global de 1997 e 1998. Todos os países foram muito afetados, até mesmo a Argentina que, na época, ainda era considerada pelo FMI uma aluna A+.

“Nos Estados Unidos, quando há um declínio na economia, todo mundo concorda que o remédio é um estímulo fiscal. Por que, então, o FMI acreditava que o contrário — políticas fiscais retracionárias — teria sucesso na Argentina?” (Stiglitz, 2002, p. 2-3).

As exigências de ajuste fiscal na Argentina por parte do FMI ultrapassam a esfera federal. O Fundo também pediu garantias especiais de que as províncias de Buenos Aires e Córdoba — as mais endividadadas — reduzirão seus déficits fiscais. Para tanto, exigiu redução de 60% nos orçamentos dessas províncias. Tal exigência, caso seja atendida, deverá agravar ainda mais a convulsão social e econômica do país vizinho, pois deverá provocar a demissão de quase 400 mil servidores públicos, número reconhecido pelo próprio Fundo Monetário. Entretanto, dada a organização política da Argentina, com as províncias relativamente independentes do governo central e governos preocupados em atender aos interesses de seus eleitores, dificilmente se conseguirá o ajuste fiscal proposto pelo FMI às províncias, embora estas até tenham tido redução de gastos reais (Tabela 4).

O FMI também propõe aos argentinos a intervenção do Banco Central nos bancos insolventes, com a reestruturação dos bancos privados e a racionalização e privatização dos públicos; o fim das intervenções no mercado de câmbio e da venda de dólares abaixo do preço de mercado, para conter a desvalorização do peso e uma fórmula para liberar, em 2003, o dinheiro retido no *corralito*, através de títulos emitidos pelos bancos, que seriam negociados em Bolsa. Atualmente, está em vigor um cronograma de devolução do dinheiro, que deverá se estender por até 10 anos.

Para o FMI, outra saída é a abertura comercial através de impulso às exportações, já que baixos níveis de exportações dificultam a geração de superávits comerciais e geram dúvidas sobre a capacidade de pagamento do País. Sob esse aspecto, o Fundo espera que as exportações argentinas aumentem ao longo de 2002, impulsionadas pela desvalorização do peso e pelo reaquecimento da economia mundial. Ressalta, também, que boa parte da recuperação das vendas externas depende da retomada do financiamento ao comércio exterior. Porém pouco tem feito para que esse financiamento seja retomado.

Os desejos expressos pelo FMI só poderiam ser concretizados se, junto com as recomendações feitas, viesse uma substancial injeção de recursos para a Argentina, pois, sem apoio financeiro externo, é praticamente impossível para a Argentina sair da crise em que se encontra.

Por um bom tempo, o Fundo apresentou a Argentina como exemplo aos países emergentes. Quando o governo argentino decidiu implementar o regime de conversibilidade, a principal preocupação das autoridades econômicas era cortar a inflação, e havia uma convicção generalizada de que os distúrbios econômicos estavam atrelados a uma política monetária frouxa e errática. Além disso, a utilização da moeda norte-americana como unidade de conta, instrumento de poupança e até mesmo como meio de troca já estava consagrada na economia argentina. Uma estreita relação entre o dólar e a oferta monetária (em pesos) foi vista, então, como um mecanismo disciplinador que, legalmente, eliminaria o financiamento monetário dos déficits públicos e forneceria uma âncora definitiva para o sistema de preços. O regime de conversibilidade veio para ser visto como uma das instituições básicas do País. A confiança na credibilidade levou ao crescimento no volume de transações, no tamanho e na profundidade dos mercados financeiros. Expectativas formaram-se: os emprestadores concentraram-se na base legal que garantia suas dívidas a receber em dólares, enquanto os tomadores de empréstimos achavam que, em caso de mudança no regime, as obrigações seriam renegociadas (Fanelli; Heymann, 2002).

Enquanto o fluxo de capitais para a Argentina era abundante, o Fundo não demonstrou preocupação com um eventual *default*, permitindo que seus emprestadores incorressem no que Paul Krugman chamou de “risco moral” (*moral hazard*), em sua análise da crise asiática.² Para comprovação, basta analisar o

² “Não é de hoje que se sabe que intermediários financeiros cujos passivos são garantidos pelo governo provocam um grave problema de risco moral (...) eles não tinham qualquer incentivo para fiscalizar a qualidade dos empréstimos das instituições em que depositavam seu dinheiro; uma vez que os proprietários das instituições de *savings & loans* não tinham que empenhar muito capital próprio, eles tinham todos os incentivos para jogar uma moeda para cima, apostando: cara, eu faturei, coroa, os contribuintes arcam com o prejuízo.” (Krugman, 1998, p. 20-21).

crescimento da dívida externa do País na década de 90, apresentado na Tabela 5, onde é possível constatar que o crescimento da dívida do setor privado foi bem maior do que o do setor público.

Tabela 5

Dívida externa bruta da Argentina — dez./91-dez./01

(US\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Setor público não financeiro e Banco Central	52 739	50 678	53 606	61 268	67 192	74 113
Setor privado não financeiro	3 524	5 774	9 938	13 842	18 203	20 841
Setor financeiro (sem Banco Central).....	5 074	6 520	8 882	10 799	13 752	15 659
Obrigações diversas com contrapartida no ativo.....	0	0	0	80	870	1 805
TOTAL	61 337	62 972	72 425	85 908	99 147	110 613

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
Setor público não financeiro e Banco Central	74 912	83 111	84 750	84 615	87 844
Setor privado não financeiro	29 551	36 512	36 911	36 949	35 261
Setor financeiro (sem Banco Central)	20 589	22 306	23 628	24 775	16 679
Obrigações diversas com contrapartida no ativo	3 731	3 747	3 362	4 781	1 604
TOTAL	125 052	141 929	145 289	146 338	139 783

FONTE: Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

NOTA: Saldos em fim de período.

Agora que tudo deu errado na Argentina, o FMI tenta eximir-se da culpa sob a alegação de que seus conselhos não foram seguidos à risca, que a corrupção na Argentina é grande, etc. Esse comportamento do Fundo e das demais agências internacionais, em última instância, tem refletido a posição defendida pelo atual governo norte-americano, que, diferentemente de seu antecessor, de modo geral, tem limitado o auxílio financeiro prestado aos países em dificuldades financeiras aos interesses estratégicos norte-americanos.

Pela maneira como atualmente tem conduzido as negociações com a Argentina, o FMI demonstrou ser uma instituição que ofereceu o guarda-chuva quando tinha sol e o pediu de volta quando começou a chover. E essa talvez seja a tônica que vai predominar daqui para a frente nas relações entre o FMI e os países endividados não estratégicos para a política externa norte-americana.

Anexo

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

a) 1993-95

(milhões de pesos)			
DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995
PIB a Preços de Mercado	236 504 980	250 307 886	243 186 102
PIB a Preços Básicos (1)	208 309 600	220 284 657	214 583 444
Produtores de Bens	76 806 329	81 409 508	78 227 921
Produtores de bens	72 435 493	76 778 746	73 770 627
Impostos específicos	4 370 836	4 630 762	4 457 295
A - Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	11 736 940	12 652 803	13 380 019
B - Pesca	411 910	403 824	411 028
C - Exploração de minas e pedreiras	3 527 213	4 012 259	4 670 000
Exploração de minas e pedreiras	3 525 396	4 010 487	4 668 003
Impostos específicos	1 817	1 772	1 997
D - Indústria manufatureira	43 138 298	45 079 364	41 849 614
Indústria manufatureira	38 906 942	40 600 135	37 555 044
Impostos específicos	4 231 356	4 479 229	4 294 570
E - Fornecimento de eletricidade, gás e água	4 599 034	5 097 350	5 476 163
Fornecimento de eletricidade, gás e água	4 461 371	4 947 589	5 315 436
Impostos específicos	137 663	149 761	160 727
F - Construção	13 392 933	14 163 906	12 441 097
Produtores de Serviços	144 402 599	153 569 713	150 591 986
Produtores de serviços	144 173 398	153 294 718	150 327 538
Impostos específicos	229 202	274 995	264 448
G - Comércio atacadista e varejista	33 862 497	36 044 623	33 066 504

(continua)

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

a) 1993-95

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995
H - Hotéis e restaurantes	5 431 791	5 894 082	5 737 507
I - Transporte, armazenamento e comunicação	16 133 850	17 792 753	18 098 451
J - Intermediação financeira	9 299 037	11 189 897	11 036 317
Intermediação financeira	9 069 835	10 914 903	10 771 869
Impostos específicos	229 202	274 995	264 448
K - Atividades imobiliárias, empresariais e de alugueis	34 131 719	36 364 711	36 082 683
L - Administração pública e defesa	14 515 739	14 136 177	14 093 959
M - Educação	10 023 089	10 323 101	10 416 295
N - Serviços sociais e de saúde	8 156 921	8 276 434	8 673 793
O - Outras atividades de serviços comunitários, sociais e privados	8 944 920	9 760 528	9 663 255
P - Lares privados com serviços domésticos	3 856 698	3 730 759	3 698 512
Q - Organizações e entidades exteriores	46 338	56 648	24 710
Impostos Específicos	4 600 038	4 905 757	4 721 742
Receitas Brutas	4 888 263	5 215 054	4 977 342
Imposto Sobre Valor Agregado	12 206 922	12 013 333	11 358 744
Impostos Sobre Valor Agregado das Importações	2 914 922	3 494 604	3 795 613
Imposto Sobre Valor Agregado (retenção)	1 144 796	1 325 805	1 111 815
Impostos Sobre Importação	2 440 439	3 068 676	2 637 402
Serviços Financeiros Medidos Indiretamente	3 411 027	4 573 752	4 537 379

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

b) 1996-98

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998
PIB a Preços de Mercado	256 626 243	277 441 318	288 123 305
PIB a Preços Básicos (1)	225 880 661	243 517 437	252 828 239
Produtores de Bens	82 253 270	89 129 357	92 872 190
Produtores de bens	77 824 050	84 716 042	88 318 666
Impostos específicos	4 429 220	4 413 314	4 553 524
A - Agricultura, pecuária, caça e silvicultura ..	13 167 155	13 194 738	14 444 731
B - Pesca	465 218	500 498	446 181
C - Exploração de minas e pedreiras	4 881 539	4 915 069	4 726 671
Exploração de minas e pedreiras	4 879 366	4 912 778	4 724 193
Impostos específicos	2 172	2 291	2 478
D - Indústria manufatureira	44 549 700	48 626 636	49 525 624
Indústria manufatureira	40 289 637	44 399 266	45 168 820
Impostos específicos	4 260 063	4 227 370	4 356 805
E - Fornecimento de eletricidade, gás e água	5 698 117	6 163 814	6 634 312
Fornecimento de eletricidade, gás e água	5 531 133	5 980 160	6 440 071
Impostos específicos	166 984	183 654	194 241
F - Construção	13 491 541	15 728 601	17 094 671
Produtores de Serviços	158 857 690	171 166 059	179 178 025
Produtores de serviços	158 591 504	170 872 055	178 857 376
Impostos específicos	266 186	294 004	320 648
G - Comércio atacadista e varejista	35 556 767	39 322 596	40 450 696

(continua)

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

b) 1996-98

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998
H - Hotéis e restaurantes	6 309 272	7 099 678	7 551 435
I - Transporte, armazenamento e comunicação ...	19 349 978	21 519 240	23 425 267
J - Intermediação financeira	12 561 629	14 347 935	16 994 903
Intermediação financeira	12 295 443	14 053 932	16 674 255
Impostos específicos	266 186	294 004	320 648
K - Atividades imobiliárias, empresariais e de alugueis	37 440 241	39 310 632	40 443 154
L - Administração pública e defesa	14 119 915	14 013 786	13 920 624
M - Educação	10 777 613	11 191 036	11 287 291
N - Serviços sociais e de saúde	9 033 637	9 401 142	9 614 318
O - Outras atividades de serviços comunitários, sociais e privados	10 050 381	11 226 827	11 397 916
P - Lares privados com serviços domésticos	3 571 981	3 665 444	4 015 117
Q - Organizações e entidades exteriores	86 278	67 743	77 302
Impostos Específicos	4 695 418	4 707 318	4 874 172
Receitas Brutas	5 281 135	5 770 421	5 999 939
Imposto Sobre Valor Agregado	11 686 623	11 819 817	12 065 553
Impostos Sobre Valor Agregado das Importações	4 764 324	6 124 843	6 659 365
Imposto Sobre Valor Agregado (retenção)	1 162 935	1 338 979	1 201 523
Impostos Sobre Importação	3 155 148	4 162 503	4 494 513
Serviços Financeiros Medidos Indiretamente ..	5 253 746	6 300 240	8 347 865

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

c) 1999-01

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000 (2)	2001 (2)
PIB a Preços de Mercado	278 369 014	276 172 685	263 996 674
PIB a Preços Básicos (1)	245 501 347	243 962 880	233 972 381
Produtores de Bens	88 054 216	85 335 309	80 916 486
Produtores de bens	83 579 928	81 128 997	76 799 722
Impostos específicos	4 474 289	4 206 312	4 116 764
A - Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	14 824 412	14 567 050	14 612 296
B - Pesca	434 126	423 734	536 144
C - Exploração de minas e pedreiras	4 572 120	4 879 579	5 107 119
Exploração de minas e pedreiras	4 569 695	4 877 197	5 104 746
Impostos específicos	2 425	2 382	2 372
D - Indústria manufatureira	45 598 803	43 855 461	40 626 828
Indústria manufatureira	41 328 388	39 864 020	36 731 577
Impostos específicos	4 270 415	3 991 441	3 895 251
E - Fornecimento de eletricidade, gás e água	6 872 850	7 325 317	7 407 049
Fornecimento de eletricidade, gás e água	6 671 402	7 112 828	7 187 908
Impostos específicos	201 448	212 489	219 141
F - Construção	15 751 905	14 284 168	12 627 051
Produtores de Serviços	176 263 868	177 198 261	170 083 015
Produtores de serviços	175 990 017	176 920 055	169 797 465
Impostos específicos	273 850	278 206	285 550
G - Comércio atacadista e varejista	37 464 438	36 386 752	33 513 580

(continua)

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, e Valor Agregado Bruto,
a preços de produtor, na Argentina — 1993-01

c) 1999-01

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000 (2)	2001 (2)
H - Hotéis e restaurantes	7 236 135	7 235 899	6 708 172
I - Transporte, armazenamento e comunicação ..	23 121 197	23 521 784	22 446 331
J - Intermediação financeira	17 069 576	17 441 878	15 887 153
Intermediação financeira	16 795 726	17 163 672	15 601 602
Impostos específicos	273 850	278 206	285 550
K - Atividades imobiliárias, empresariais e de alugéis	40 088 779	40 451 325	39 440 827
L - Administração pública e defesa	14 190 265	14 286 034	14 049 760
M - Educação	11 706 995	12 047 896	12 347 394
N - Serviços sociais e de saúde	9 893 801	10 110 203	10 123 567
O - Outras atividades de serviços comunitários, sociais e privados	11 466 296	11 766 656	11 738 807
P - Lares privados com serviços domésticos	3 947 909	3 868 689	3 746 281
Q - Organizações e entidades exteriores	78 475	81 143	81 143
Impostos Específicos	4 748 139	4 484 518	4 402 314
Receitas Brutas	5 726 726	5 677 320	5 677 320
Imposto Sobre Valor Agregado	11 218 398	11 036 115	10 167 376
Impostos Sobre Valor Agregado das Importações	6 182 479	6 083 078	5 597 994
Imposto Sobre Valor Agregado (retenção)	1 117 326	1 098 551	1 008 203
Impostos Sobre Importação	3 874 599	3 830 225	3 171 088
Serviços Financeiros Medidos Indiretamente ...	8 341 872	8 408 852	6 947 487

FONTE: Dirección Nacional de Cuentas Nacionales.

NOTA: Pesos a preços de 1993.

(1) Exclui Imposto sobre Valor Agregado, os impostos específicos e as receitas brutas. (2) Estimativas provisórias.

Tabela 2

Balço de pagamentos resumido da Argentina — 1992-01

(US\$ milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996
A - Balança Comercial (FOB)	-1 396	-2 364	-4 139	2 357	1 760
Exportações	12 399	13 269	16 023	21 162	24 043
Importações	13 795	15 633	20 162	18 804	22 283
B - Serviços e Rendas	-5 026	-6 318	-7 480	-8 120	-9 078
Serviços	-2 554	-3 323	-3 786	-3 458	-3 582
Rendas	-2 472	-2 995	-3 694	-4 662	-5 496
C - Transferências Unilaterais (líquido)	769	520	462	552	445
Transações Correntes (A + B + C)	-5 654	-8 162	-11 157	-5 211	-6 873
Conta Capital e Financeira	9 220	13 564	12 742	7 223	12 380
Conta capital	16	16	18	14	51
Conta financeira	9 204	13 548	12 724	7 209	12 329
Setor Bancário	1 305	-1 695	2 000	4 691	-197
Banco Central da Argentina	288	-3 064	444	1 922	1 003
Outras instituições financeiras	1 017	1 369	1 556	2 769	-1 200
Setor Público Não Financeiro	940	7 074	4 058	5 840	9 032
Setor Privado Não Financeiro	6 959	8 169	6 667	-3 322	3 494
Erros e Omissões (líquido)	-280	-1 165	-902	-2 114	-1 625
Mudanças nas Reservas Internacionais	3 287	4 238	682	-102	3 882

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
A - Balança Comercial (FOB)	-2 123	-3 097	-795	2 558	7 507
Exportações	26 431	26 434	23 309	26 410	26 655
Importações	28 554	29 531	24 103	23 852	19 148
B - Serviços e Rendas	-10 664	-11 925	-11 499	-11 658	-12 116
Serviços	-4 449	-4 516	-4 104	-4 288	-4 021
Rendas	-6 215	-7 409	-7 395	-7 370	-8 095
C - Transferências Unilaterais (líquido)	453	398	396	235	180
Transações Correntes (A + B + C)	-12 333	-14 624	-11 898	-8 864	-4 429
Conta Capital e Financeira	16 816	18 415	14 183	9 650	-4 127
Conta capital	94	73	86	87	107
Conta financeira	16 722	18 342	14 097	9 563	-4 234
Setor Bancário	-910	3 506	1 329	67	11 500
Banco Central da Argentina	-586	-512	-1 033	762	10 743
Outras instituições financeiras	-324	4 018	2 362	-695	757
Setor Público Não Financeiro	8 172	9 362	10 845	8 123	-3 487
Setor Privado Não Financeiro	9 460	5 474	1 923	1 373	-12 247
Erros e Omissões (líquido)	-1 210	-353	-1 084	-1 225	-3 527
Mudanças nas Reservas Internacionais	3 273	3 438	1 201	-439	-12 083

FONTE: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).

Tabela 3

Taxa de juros anuais para empréstimos no curto prazo na Argentina — jan./96-fev./02

(%)

PERÍODOS	PESOS	DÓLARES	PERÍODOS	PESOS	DÓLARES
1996			Fevereiro	12,96	10,30
Janeiro	11,54	10,31	Março	9,44	8,16
Fevereiro	10,65	9,58	Abril	8,16	7,28
Março	10,23	9,27	Maió	8,26	7,42
Abril	9,99	8,97	Junho	10,15	8,67
Maió	9,74	8,74	Julho	10,31	8,61
Junho	9,70	8,76	Agosto	10,03	8,46
Julho	9,98	8,99	Setembro	10,46	8,86
Agosto	11,30	9,11	Outubro	12,59	9,99
Setembro	11,46	9,05	Novembro	13,00	9,82
Outubro	10,59	8,94	Dezembro	13,45	10,05
Novembro	10,47	8,87	2000		
Dezembro	10,48	8,84	Janeiro	11,22	9,16
1997			Fevereiro	10,80	9,18
Janeiro	10,15	8,57	Março	9,80	8,55
Fevereiro	9,56	8,27	Abril	9,20	8,26
Março	8,74	7,67	Maió	10,11	9,12
Abril	8,02	7,32	Junho	9,94	8,99
Maió	7,92	7,34	Julho	9,60	8,81
Junho	7,77	7,26	Agosto	9,39	8,94
Julho	7,66	7,21	Setembro	9,98	9,38
Agosto	7,83	7,32	Outubro	10,82	9,95
Setembro	7,79	7,33	Novembro	15,31	11,91
Outubro	8,67	7,83	Dezembro	16,86	13,78
Novembro	14,16	9,35	2001		
Dezembro	12,64	8,57	Janeiro	11,65	10,51
1998			Fevereiro	8,98	8,41
Janeiro	11,44	8,43	Março	17,29	11,25
Fevereiro	9,78	8,04	Abril	23,83	14,79
Março	9,04	7,81	Maió	22,36	15,72
Abril	8,43	7,60	Junho	16,83	12,94
Maió	8,38	7,58	Julho	36,18	19,82
Junho	8,30	7,54	Agosto	38,57	23,82
Julho	8,02	7,40	Setembro	32,91	22,10
Agosto	9,53	8,35	Outubro	32,62	19,79
Setembro	16,94	13,25	Novembro	49,96	27,13
Outubro	15,39	12,25	Dezembro	...	25,76
Novembro	11,55	9,76	2002		
Dezembro	10,82	9,33	Janeiro	29,53	21,34
1999			Fevereiro	31,92	19,76
Janeiro	13,67	11,17			

FONTE: Banco Central de la República Argentina (BCRA).

Tabela 4

Setor público nacional não financeiro da Argentina — regime de caixa (anual) — 1993-01

a) 1993-97

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997
I - Receitas Correntes	50 058,7	50 271,3	49 037,8	46 917,7	54 641,1
Receitas tributárias	29 007,2	31 614,1	31 034,7	33 176,0	38 352,3
Contribuições à Seguridade Social	13 345,0	14 083,8	13 704,8	10 281,0	12 201,7
Receitas não tributárias	2 041,3	2 103,3	1 709,6	1 350,9	1 505,7
Vendas de bens e serviços da administração pública	252,1	345,6	322,3	168,8	149,3
Receitas operacionais	5 016,4	1 439,4	1 091,0	917,6	851,6
Rendas da propriedade	331,0	579,1	1 072,3	958,6	1 514,6
Transferências correntes	0,0	12,0	55,5	62,8	65,9
Outras receitas	65,7	94,0	47,6	2,0	0,0
II - Despesas Correntes	44 245,8	47 477,2	48 449,4	49 369,8	55 858,6
Despesas de consumo e operacionais	12 327,5	10 259,7	9 850,2	9 862,7	10 278,6
Remunerações	7 626,8	7 642,2	7 249,7	7 213,3	7 554,2
Bens e serviços	4 084,1	2 444,7	2 482,3	2 472,9	2 659,9
Outras despesas	616,6	172,8	118,2	176,5	64,5
Rendas da propriedade	2 914,0	3 150,8	4 086,6	4 609,5	5 747,3
Juros	2 914,0	3 150,3	4 083,5	4 607,9	5 745,0
Juros da dívida interna	362,1	234,7	193,0	147,6	247,8
Juros da dívida externa	2 551,9	2 915,6	3 890,5	4 460,3	5 497,2
Outras rendas	0,0	0,5	3,1	1,6	2,3
Prestações da Seguridade Social	12 513,3	15 241,1	15 627,8	15 443,9	17 199,3
Outras despesas correntes	0,2	0,5	11,6	1,4	0,5
Transferências correntes	16 440,6	18 742,3	18 684,0	19 452,3	22 632,9
Ao setor privado	3 249,9	4 567,7	4 679,6	4 444,7	5 700,3
Ao setor público	13 166,3	14 133,0	13 983,8	14 903,0	16 848,8
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	11 808,6	12 535,3	12 428,7	13 335,8	15 176,1
Universidades	1 290,3	1 412,1	1 410,2	1 528,6	1 614,8
Outras	67,4	185,6	139,3	38,6	57,9

(continua)

Tabela 4

Setor público nacional não financeiro da Argentina — regime de caixa (anual) — 1993-01

a) 1993-97

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997
Ao setor externo	24,4	41,6	26,2	104,6	83,8
Outros gastos	50,2	82,8	189,2	0,0	0,0
III - Poupança Corrente (I - II)	5 812,9	2 794,1	588,4	-2 452,1	-1 217,5
IV - Recursos de Capital	667,8	806,9	1 255,8	751,2	735,6
Privatizações	523,3	732,9	1 171,2	374,9	305,7
Outros	144,5	74,0	84,6	376,3	429,9
V - Despesas de Capital	3 750,2	3 886,9	3 217,5	3 563,5	3 794,7
Investimentos	1 666,0	1 214,8	871,7	757,6	855,1
Transferências de capital	1 992,9	2 514,8	2 262,2	2 765,4	2 791,0
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	1 908,4	2 236,3	2 080,4	2 550,4	2 499,1
Outras	84,5	278,5	181,8	215,0	291,9
Inversão financeira	91,3	157,3	83,6	40,5	148,6
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	34,0	50,1	27,9	3,3	5,1
Resto	57,3	107,2	55,7	37,2	143,5
VI - Receitas Totais (I + IV)	50 726,5	51 078,2	50 293,6	47 668,9	55 376,7
VII - Despesas Totais (II + V)	47 996,0	51 364,3	51 666,9	52 933,3	59 653,3
VIII - Resultado Global (VI - VII)	2 730,5	-285,9	-1 373,3	-5 264,4	-4 276,6
IX - Resultado Sem Privatizações	2 207,2	-1 018,8	-2 544,5	-5 889,3	-4 582,3
X - Despesas Primárias (1)	45 082,0	48 214,0	47 583,4	48 325,4	53 908,3
XI - Superávit Primário Total (VI - X)	5 644,5	2 864,2	2 710,2	-656,5	1 468,4
XII - Superávit Primário Sem Privatizações	5 121,2	2 131,5	1 538,2	-1 281,4	1 162,7

Tabela 4

Setor público nacional não financeiro da Argentina — regime de caixa (anual) — 1993-01

b) 1998-01

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001
I - Receitas Correntes	56 217,3	55 676,7	56 169,2	51 130,1
Receitas tributárias	40 362,8	38 625,6	40 671,8	37 164,6
Contribuições à Seguridade Social	11 990,0	10 891,8	10 684,3	9 639,6
Receitas não tributárias	2 148,4	3 472,3	2 085,9	2 072,1
Vendas de bens e serviços da administração pública	203,8	196,8	185,0	186,9
Receitas operacionais	276,8	1 073,3	1 039,2	891,3
Rendas da propriedade	1 054,2	1 155,1	980,2	761,9
Transferências correntes	181,3	261,8	522,8	413,7
Outras receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
II - Despesas Correntes	57 032,4	60 047,1	60 459,0	57 394,0
Despesas de consumo e operacionais	9 350,3	10 455,5	9 576,3	9 113,9
Remunerações	6 844,3	7 353,9	6 899,1	6 541,6
Bens e serviços	2 477,1	2 877,6	2 315,1	2 243,3
Outras despesas	28,9	224,0	362,1	329,0
Rendas da propriedade	6 661,2	8 223,9	9 656,4	10 175,9
Juros	6 660,3	8 223,6	9 656,0	10 174,6
Juros da dívida interna	215,0	223,6	152,1	72,8
Juros da dívida externa	6 445,3	8 000,0	9 503,9	10 101,8
Outras rendas	0,9	0,3	0,4	1,3
Prestações da Seguridade Social	17 480,6	17 436,4	17 431,3	16 616,9
Outras despesas correntes	0,8	0,9	10,6	18,6
Transferências correntes	23 539,5	23 930,4	23 772,4	21 467,0
Ao setor privado	5 909,8	6 411,0	6 155,2	5 818,9
Ao setor público	17 541,0	17 438,6	17 550,4	15 568,5
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	15 832,8	15 640,7	15 823,1	13 916,5
Universidades	1 645,4	1 779,9	1 718,4	1 633,2
Outras	62,8	18,0	8,9	18,8

(continua)

Tabela 4

Setor público nacional não financeiro da Argentina — regime de caixa (anual) — 1993-01

b) 1998-01

(milhões de pesos)

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999	2000	2001
Ao setor externo	88,7	80,8	66,8	79,6
Outros gastos	0,0	0,0	12,0	1,7
III - Poupança Corrente (I - II)	-815,1	-4 370,4	-4 289,8	-6 263,9
IV - Recursos de Capital	508,8	2 778,7	401,3	188,5
Privatizações	96,3	2 579,1	144,7	60,2
Outros	412,5	199,6	256,6	128,3
V - Despesas de Capital	3 767,2	3 176,7	2 903,1	2 643,9
Investimentos	888,0	634,8	402,0	380,9
Transferências de capital	2 821,8	2 487,0	2 466,8	2 220,5
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	2 500,5	2 203,7	2 217,9	2 017,2
Outras	321,3	283,3	248,9	203,3
Inversão financeira	57,4	54,9	34,3	42,5
Províncias e Região Metropolitana de Buenos Aires	2,6	3,7	1,5	0,2
Resto	54,8	51,2	32,8	42,3
VI - Receitas Totais (I + IV)	56 726,1	58 455,4	56 570,5	51 318,6
VII - Despesas Totais (II + V)	60 799,6	63 223,8	63 362,1	60 037,9
VIII - Resultado Global (VI - VII)	-4 073,5	-4 768,4	-6 791,6	-8 719,3
IX - Resultado sem Privatizações	-4 169,8	-7 347,5	-6 936,3	-8 779,5
X - Despesas Primárias (1)	54 139,3	55 000,2	53 706,1	49 863,3
XI - Superávit Primário Total (VI - X)	2 586,8	3 455,2	2 864,4	1 455,3
XII - Superávit Primário sem Privatizações	2 490,5	876,1	2 719,7	1 395,1

FONTE: Ministerio de Economía. Secretaría de Hacienda.

(1) Exclui pagamento de juros.

Tabela 5

Produto Interno Bruto por habitante, a preços de mercado, na América Latina — 1990-2000

(US\$)

PAÍSES	1990	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	5 544,6	7 137,8	6 843,9	7 125,6	7 599,3	7 791,2	7 434,9	7 303,3
Brasil	3 859,4	4 059,1	4 169,1	4 213,2	4 286,7	4 243,4	4 224,7	4 347,9
Chile	3 424,6	4 273,0	4 588,3	4 833,7	5 090,8	5 200,4	5 128,4	5 309,1
México	4 047,9	4 320,2	3 985,2	4 131,1	4 340,2	4 488,7	4 577,3	4 813,7
Paraguai	1 696,7	1 700,7	1 730,6	1 703,3	1 699,3	1 645,5	1 602,6	1 552,5
Uruguai	4 705,9	5 689,7	5 521,2	5 753,6	6 019,9	6 238,3	6 016,0	5 884,8
Venezuela	3 029,6	3 133,0	3 247,2	3 166,6	3 332,4	3 289,7	3 036,8	3 096,6
Total	3 312,8	3 592,4	3 572,2	3 643,5	3 771,6	3 798,3	3 757,8	3 843,1

FONTE: Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

NOTA: Preços constantes de 1995.

Tabela 6

Evolução do Índice Merval da Argentina — 1990-02

(US\$)

ANOS	JANEIRO	JUNHO	DEZEMBRO
1990	244	...	317
1991	...	...	798
1992	816	...	427
1993	429	...	583
1994	684	520	460
1995	434	406	519
1996	563	607	649
1997	692	809	687
1998	612	550	429
1999	371	499	550
2000	566	497	417
2001	533	402	295
2002	224	92	-

FONTE: Bolsa de Comércio de Buenos Aires.

Tabela 7

Reservas em moeda estrangeira da Argentina — dez./90-jun./02

(US\$ milhões)

ANOS	VALOR
1990	6,214
1991	7,430
1992	11,447
1993	15,500
1994	16,003
1995	15,980
1996	19,719
1997	22,425
1998	24,856
1999	26,407
2000	25,148
2001	14,546
Jun./02	9,574

FONTE: Banco Central de la República Argentina (BCRA).

Tabela 8

Índice de produção industrial da Argentina — 1993/02

MESES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Jan.	89,9	94,3	92,4	89,9	96,9	99,4	95,4	97,8	98,0	81,1
Fev.	72,8	81,6	90,8	92,5	95,7	101,0	91,8	98,1	93,9	80,3
Mar.	98,6	106,5	107,1	106,5	111,3	118,3	110,8	114,8	106,6	89,8
Abr.	99,7	105,0	95,4	106,6	118,9	118,5	106,8	103,3	105,1	...
Maio	100,8	107,9	100,6	110,8	115,5	117,5	109,7	106,2	106,8	...
Jun.	101,8	104,6	97,1	106,3	113,3	120,9	109,2	107,4	103,7	...
Jul.	105,0	105,3	100,1	115,9	123,7	126,9	110,5	107,1	106,7	...
Ago.	104,7	110,7	102,7	114,9	120,6	123,2	115,5	112,5	106,7	-
Set.	108,3	112,3	99,1	106,5	124,4	122,4	114,7	110,7	102,7	-
Out.	106,8	109,9	102,4	116,3	129,6	122,6	114,4	109,3	101,1	-
Nov.	105,8	107,9	101,1	109,9	114,7	115,3	115,4	108,2	97,0	-
Dez.	105,8	106,9	97,4	104,1	111,0	106,6	118,2	110,5	91,1	-

FONTE: Fundação de Pesquisas Econômicas Latino-Americanas (FIEL).

NOTA: Base 1993 = 100.

Tabela 9

Base monetária da Argentina — 1994/02

(milhões de pesos)

PERÍODOS	CIRCU- LAÇÃO	DEPÓSITOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BCRA	BASE MONETÁRIA
Dez./94	12 255	3 814	16 069
Dez./95	13 050	0	13 050
Dez./96	14 030	0	14 030
Dez./97	15 966	0	15 966
Dez./98	16 370	0	16 370
Dez./99	16 493	0	16 493
Dez./00	15 077	0	15 077
Dez./01	10 960	1 022	11 982
Jan./02	10 960	4 333	15 354
Fev./02	12 935	7 724	20 720
Mar./02	14 033	6 219	20 462
Abr./02	14 810	6 380	21 279
Maio/02	15 030	5 752	20 782

FONTE: Banco Central de la República Argentina (BCRA).

NOTA: Saldo em final do período.

Tabela 10

Taxas anuais de variação do Índice de Preços ao Consumidor
na Argentina — 1994/02

(%)

PERÍODOS	IPC
Dez./94	3,9
Dez./95	1,6
Dez./96	0,1
Dez./97	0,3
Dez./98	0,7
Dez./99	-1,8
Dez./00	-0,7
Dez./01	-1,5
Jan./02	0,6
Fev./02	4,0
Mar./02	7,9
Abr./02	18,4
Mai/02	23,0

FONTE: Secretaría de Política Económica con información del INDEC.

NOTA: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 11

Gasto público do Governo Central da Argentina — 1991-01

a) 1991-96

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995	1996
GASTO TOTAL	39 080	41 195	41 082	44 124	43 515	42 571
I - Funcionamento do Estado	5 449	6 226	6 366	7 244	6 828	6 527
I.1 - Administração geral	1 928	2 437	2 596	2 990	2 758	2 579
I.2 - Justiça	400	493	530	684	678	670
I.3 - Defesa e seguridade	3 121	3 296	3 240	3 571	3 392	3 279
II - Gasto público social	24 318	24 855	25 668	29 477	28 804	29 200
II.1 - Educação, cultura e ciência e técnica	2 770	1 969	2 320	2 532	2 521	2 636
II.1.1 - Educação básica	1 208	137	116	195	206	284
II.1.2 - Educação superior e uni- versitária	961	1 174	1 473	1 509	1 596	1 676
II.1.3 - Ciência e técnica	479	451	517	584	542	474
II.1.4 - Cultura	64	83	84	120	129	145
II.1.5 - Educação e cultura sem discriminar	58	123	131	124	49	58
II.2 - Saúde	5 230	5 407	5 800	6 738	6 651	6 302
II.2.1 - Atendimento público da saúde	480	373	449	666	572	591
II.2.2 - Obras sociais - atendien- to da saúde	3 179	3 115	3 285	3 441	3 437	3 342
II.2.3 - INSSJyP - atendimento da saúde	1 570	1 918	2 066	2 631	2 642	2 369
II.3 - Água potável e rede de es- gotos	41	41	17	16	28	51
II.4 - Habitação e urbanismo	109	51	66	108	11	6
II.5 - Promoção e assistência so- cial	698	700	793	911	878	764
II.5.1 - Promoção e assistência so- cial pública	175	183	169	198	204	204
II.5.2 - Obras sociais - prestações sociais	405	373	369	363	341	311
II.5.3 - INSSJyP - prestações so- ciais	118	144	255	349	333	248

(continua)

Tabela 11

Gasto público do Governo Central da Argentina — 1991-01

a) 1991-96

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995	1996
II.6 - Previsão social	14 007	15 203	14 652	16 895	16 284	17 090
II.7 - Trabalho	1 463	1 485	2 019	2 278	2 430	2 350
II.7.1 - Programas de emprego e se- guro de desemprego	56	86	441	543	615	719
II.7.2 - Pagamentos familiares	1 407	1 399	1 579	1 735	1 815	1 632
II.8 - Outros serviços urbanos	0	0	0	0	0	0
III - Gasto público em serviços econômicos	5 417	4 630	4 938	3 347	2 955	2 085
III.1 - Produção primária	133	182	263	273	250	251
III.2 - Energia e combustível	2 611	2 535	2 721	1 385	1 105	589
III.3 - Indústria	333	228	376	164	171	105
III.4 - Serviços	1 304	1 276	1 436	1 333	1 290	1 005
III.4.1 - Transporte	1 273	1 213	1 233	1 218	1 144	899
III.4.2 - Comunicação	31	63	203	115	146	106
III.5 - Outros gastos em serviços econômicos	1 037	409	142	192	139	136
IV - Serviços da dívida pública	3 896	5 484	4 110	4 056	4 927	4 759

Tabela 11

Gasto público do Governo Central da Argentina — 1991-01

b) 1997-01

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1997	1998	1999	2000	2001 (1)
GASTO TOTAL	45 071	46 249	49 906	48 858	49 017
I - Funcionamento do Estado	6 517	6 729	7 907	6 824	6 187
I.1 - Administração geral	2 561	2 691	3 615	2 703	2 225
I.2 - Justiça	731	763	801	796	793
I.3 - Defesa e seguridade	3 226	3 275	3 491	3 325	3 168
II - Gasto público social	29 955	30 662	31 499	30 468	29 608
II.1 - Educação, cultura e ciência e técnica	2 872	3 054	2 917	2 746	2 619
II.1.1 - Educação básica	394	385	240	150	107
II.1.2 - Educação superior e uni- versitária	1 690	1 835	1 872	1 885	1 875
II.1.3 - Ciência e técnica	577	635	605	542	480
II.1.4 - Cultura	169	159	145	138	125
II.1.5 - Educação e cultura sem discriminar	42	40	56	31	32
II.2 - Saúde	6 640	6 835	7 250	6 841	6 632
II.2.1 - Atendimento público da saúde	693	801	873	792	746
II.2.2 - Obras sociais - atendi- mento da saúde	3 559	3 733	3 885	3 796	3 696
II.2.3 - INSSJyP - atendimento da saúde	2 388	2 300	2 492	2 253	2 190
II.3 - Água potável e rede de es- gotos	81	93	68	41	29
II.4 - Habitação e urbanismo	7	7	3	6	5
II.5 - Promoção e assistência so- cial	813	878	827	786	734
II.5.1 - Promoção e assistência so- cial pública	229	287	252	232	218
II.5.2 - Obras sociais - prestações sociais	312	303	292	286	278
II.5.3 - INSSJyP - prestações so- ciais	272	289	282	268	237

(continua)

Tabela 11

Gasto público do Governo Central da Argentina — 1991-01

b) 1997-01

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1997	1998	1999	2000	2001 (1)
II.6 - Previsão social	17 228	17 526	17 911	17 677	17 208
II.7 - Trabalho	2 314	2 269	2 523	2 372	2 382
II.7.1 - Programas de emprego e seguro de desemprego	707	598	626	538	578
II.7.2 - Pagamentos familiares	1 607	1 671	1 897	1 834	1 804
II.8 - Outros serviços urbanos	0	0	0	0	0
III - Gasto público em serviços econômicos	2 163	2 270	1 931	1 594	1 450
III.1 - Produção primária	242	282	249	200	247
III.2 - Energia e combustível	460	413	371	353	345
III.3 - Indústria	92	89	99	84	71
III.4 - Serviços	1 222	1 355	1 110	875	709
III.4.1 - Transporte	1 056	1 206	1 001	782	613
III.4.2 - Comunicação	166	148	109	93	96
III.5 - Outros gastos em serviços econômicos	146	131	102	81	78
IV - Serviços da dívida pública	6 436	6 588	8 569	9 972	11 773

FONTE: Secretaría de Política Económica. Dirección de Gastos Sociales Consolidados.

NOTA: Em pesos de 2001.

(1) Provisório.

Tabela 12

Gasto público das Províncias e da Área Metropolitana de Buenos Aires — 1991-01

a) 1991-96

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995	1996
GASTO TOTAL	21 781	27 028	31 347	33 190	32 191	31 183
I - Funcionamento do Estado	5 010	5 934	6 555	6 948	6 656	6 683
I.1 - Administração geral	2 312	2 769	3 014	3 261	2 914	3 104
I.2 - Justiça	888	1 054	1 246	1 295	1 310	1 293
I.3 - Defesa e seguridade	1 810	2 111	2 295	2 393	2 432	2 286
II - Gasto público social	14 554	18 524	21 301	22 408	21 255	19 959
II.1 - Educação, cultura e ciência e técnica	4 759	6 837	7 753	8 241	8 092	7 882
II.1.1 - Educação básica	4 026	5 664	6 500	6 911	6 582	6 412
II.1.2 - Educação superior e uni- versitária	184	312	313	378	516	486
II.1.3 - Ciência e técnica	20	22	34	34	33	33
II.1.4 - Cultura	150	90	149	164	176	185
II.1.5 - Educação e cultura sem discriminar	378	749	757	754	785	766
II.2 - Saúde	3 511	4 521	5 132	5 479	5 159	5 102
II.2.1 - Atendimento público da saúde	2 365	3 173	3 492	3 629	3 436	3 384
II.2.2 - Obras sociais - atendimen- to da saúde	1 147	1 348	1 640	1 850	1 723	1 718
II.2.3 - INSSJyP - atendimento da saúde	0	0	0	0	0	0
II.3 - Água potável e rede de es- gotos	248	275	431	459	491	338
II.4 - Habitação e urbanismo	1 203	1 026	1 113	1 211	1 084	1 105

(continua)

Tabela 12

Gasto público das Províncias e da Área Metropolitana de Buenos Aires — 1991-01

a) 1991-96

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1991	1992	1993	1994	1995	1996
II.5 - Promoção e assistência social	777	905	1 243	1 395	1 130	1 199
II.5.1 - Promoção e assistência social pública	733	853	1 181	1 328	1 066	1 134
II.5.2 - Obras sociais - prestações sociais	44	52	63	67	63	64
II.5.3 - INSSJYP - prestações sociais	0	0	0	0	0	0
II.6 - Previsão social	3 838	4 720	5 150	5 075	4 959	3 916
II.7 - Trabalho	0	0	101	146	13	37
II.7.1 - Programas de emprego e seguro de desemprego	0	0	101	146	13	37
II.7.2 - Pagamentos familiares	0	0	0	0	0	0
II.8 - Outros serviços urbanos	218	241	378	402	329	380
III - Gasto público em serviços econômicos	1 906	2 172	2 991	3 241	3 572	3 573
III.1 - Produção primária	456	350	473	545	495	459
III.2 - Energia e combustível	356	546	531	580	496	545
III.3 - Indústria	19	63	48	74	78	79
III.4 - Serviços	573	797	1 011	1 248	1 279	1 069
III.4.1 - Transporte	545	752	963	1 203	1 235	1 029
III.4.2 - Comunicação	28	45	48	45	44	40
III.5 - Outros gastos em serviços econômicos	501	417	928	794	1 224	1 422
IV - Serviços da dívida pública ...	311	398	500	592	708	968

Tabela 12

Gasto público das Províncias e da Área Metropolitana de Buenos Aires — 1991-01

b) 1997-01

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1997 (1)	1998 (1)	1999 (1)	2000 (1)	2001 (2)
GASTO TOTAL	33 240	35 991	38 611	37 694	37 827
I - Funcionamento do Estado	7 076	7 967	8 564	8 300	8 208
I.1 - Administração geral	3 112	3 560	3 772	3 500	3 358
I.2 - Justiça	1 389	1 514	1 713	1 770	1 813
I.3 - Defesa e seguridade	2 574	2 893	3 079	3 031	3 037
II - Gasto público social	21 802	23 171	25 226	24 810	24 720
II.1 - Educação, cultura e ciência e técnica	8 882	9 400	10 647	10 830	10 514
II.1.1 - Educação básica	7 231	7 660	8 557	8 737	8 509
II.1.2 - Educação superior e uni- versitária	560	607	699	712	683
II.1.3 - Ciência e técnica	26	31	27	30	29
II.1.4 - Cultura	189	205	232	235	227
II.1.5 - Educação e cultura sem discriminar	877	898	1 132	1 115	1 066
II.2 - Saúde	5 341	5 595	6 189	6 007	6 039
II.2.1 - Atendimento público da saúde	3 551	3 703	4 109	3 913	3 856
II.2.2 - Obras sociais - atendimen- to da saúde	1 790	1 891	2 080	2 093	2 183
II.2.3 - INSSJyP - atendimento da saúde	0	0	0	0	0
II.3 - Água potável e rede de es- gotos	401	355	327	227	212
II.4 - Habitação e urbanismo	1 301	1 425	1 246	1 079	1 120

(continua)

Tabela 12

Gasto público das Províncias e da Área Metropolitana de Buenos Aires — 1991-01

b) 1997-01

(milhões de pesos)

FINALIDADES OU FUNÇÕES	1997 (1)	1998 (1)	1999 (1)	2000 (1)	2001 (2)
II.5 - Promoção e assistência so- cial	1 611	1 778	1 906	1 668	1 660
II.5.1 - Promoção e assistência so- cial pública	1 543	1 706	1 827	1 589	1 577
II.5.2 - Obras sociais - prestações sociais	67	73	79	79	83
II.5.3 - INSSJyP - prestações so- ciais	0	0	0	0	0
II.6 - Previsão social	3 841	4 095	4 342	4 401	4 505
II.7 - Trabalho	110	238	218	276	382
II.7.1 - Programas de emprego e seguro de desemprego	110	238	218	276	382
II.7.2 - Pagamentos familiares	0	0	0	0	0
II.8 - Outros serviços urbanos	316	284	351	322	289
III - Gasto público em serviços econômicos	3 350	3 696	3 393	2 743	2 494
III.1 - Produção primária	490	652	859	758	521
III.2 - Energia e combustível	597	642	482	452	399
III.3 - Indústria	93	96	85	77	78
III.4 - Serviços	1 421	1 506	1 481	1 164	1 201
III.4.1 - Transporte	1 365	1 447	1 397	1 089	1 089
III.4.2 - Comunicação	56	58	84	75	111
III.5 - Outros gastos em serviços econômicos	749	800	485	292	296
IV - Serviços da dívida pública ...	1 012	1 158	1 428	1 841	2 404

FONTE: Secretaría de Política Económica. Dirección de Gastos Sociales Consolidados.

NOTA: Em pesos de 2001.

(1) Provisório. (2) Estimativa.

Tabela 13

Utilização da capacidade instalada na Argentina — 1994/02

	(%)								
MESES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Jan.	74,0	75,0	69,9	72,0	64,0	62,3	62,0	65,7	52,9
Fev.	65,0	70,0	71,2	73,0	68,8	66,0	66,4	63,9	56,9
Mar.	75,0	76,0	74,0	76,5	74,7	69,0	67,5	68,1	58,5
Abr.	74,0	76,0	75,7	74,6	77,2	73,5	69,2	69,0	60,8
Mai	76,0	74,0	75,4	75,5	76,3	72,3	70,2	68,6	...
Jun.	75,0	74,2	75,0	76,4	75,3	71,8	71,1	68,5	...
Jul.	76,0	74,4	75,8	76,5	74,6	71,4	72,7	69,2	...
Ago.	76,0	74,1	76,8	76,4	76,2	71,2	70,4	64,0	-
Set.	77,0	75,4	76,0	77,4	72,1	70,4	71,6	64,8	-
Out.	79,0	75,0	77,1	79,2	74,5	71,7	70,3	61,2	-
Nov.	80,0	76,3	76,4	77,4	74,2	72,9	69,5	63,3	-
Dez.	79,0	74,7	77,5	78,2	73,9	68,5	67,2	59,1	-

FONTE: Fundação de Pesquisas Econômicas Latino-Americana.

Bibliografia

BANCOS e empresas têm perdas de US 10 bilhões. **Zero Hora**. Porto Alegre: RBS, 26 abr. 2002. p. 21.

ECONOMIC and Financial Data for Argentina. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/progeco/dsbb.htm> Acesso em: 1 jul. 2002.

FANELLI, José; HEYMANN, Daniel. Monetary dilemmas: Argentina in Mercosur. **Estudios y Perspectivas**, Buenos Aires: Cepal, n. 7, abr. 2002.

FRAGA, Rosendo. Argentina acredita ser mais importante do que realmente é. **Valor Econômico**, São Paulo, 12, 14 abr. 2002. p. A-10.

KRUGMAN, Paul. O que aconteceu com a Ásia? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 1 fev. 1998. p. 20-21.

PFEIFER, Ismael. Argentina fecha 100 empresas por dia. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 abr. 2002. p. A-1.

SOUZA, Leonardo. Economia argentina vai despencar 15% em 2002. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2002. p. B-1.

STEINBRUCH, Benjamim. A Argentina já pagou caro demais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 abr. 2002. p. B-2.

STIGLITZ, Joseph. Por que um país que seguiu as regras se desintegrou. **Rel Net – Relatório Especial**, n. 38, 20 maio/2002. Disponível em: <http://relnet.com.br>

TREVISAN, Cláudia. Argentinos driblam o "corralito". **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2002. p. A-1.